
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E NA ESCRITA**Thiago Rosa da Silva**

(Acadêmico do curso de Pedagogia da FAHESA-ITPAC)

E-mail: thiago_2912@yahoo.com.br

O presente artigo tem como intuito demonstrar os fatores que influenciam na dificuldade dos discentes no processo de leitura e escrita no período da alfabetização. Vale salientar que a prática pedagógica é fator preponderante na aquisição dessas habilidades e as dificuldades advindas desse processo, pois os mecanismos adotados pelos docentes durante a intervenção psicopedagógica propiciará a esses um avanço qualitativo no desenvolvimento cognitivo, social, cultura e até mesmo em seu relacionamento intrapessoal e interpessoal. Quando a Unidade Escolar não propicia um atendimento personalizado e específico, a criança deixa de vivenciar situações de construção da identidade e a própria escola perde a oportunidade de participar com qualidade da construção dessas aprendizagens. Quando se falar em novas perspectivas educacionais, não pode deixar de citar a contribuição que a tecnologia pode e poderá proporcionar no desenvolvimento do ensino-aprendizagem desses citados acima. Entende-se que a família exerce um papel significativo nesse contexto bem como no acompanhamento sistemático durante o processo de descoberta das potencialidades e dificuldades de leitura e escrita desses alunos.

Palavras-chave: Leitura; escrita; dificuldade de aprendizagem; intervenção pedagógica.

The present article has as intention to demonstrate the factors that influence in the difficulty of the dissents in the reading process and written in the period of the literacy. It is worth to point out that the pedagogic practice is preponderant factor in the acquisition of those abilities and the difficulties advents of that process, because the mechanisms adopted by the teachers during the psicopedagogic intervention will propitiate her/it those a qualitative progress in the development cognitive, social, culture and even in his/her relationship intrapersonal and interpersonal. When the School Unit doesn't propitiate a personalized service and specific, the child stops living situations of construction of the identity and the own school loses the opportunity to participate with quality of the construction of those leanings. When if he/she speaks in new education perspectives, he/she cannot stop mentioning the contribution that the technology can and it can provide in the development of the teaching-learning of those mentioned above. He/she understands each other that the family exercises a significant paper in that context as well as in the systematic attendance during the process of discovery of the potentialities and reading difficulties and those students' writing.

Keywords: Reading; writing; learning difficulty; pedagogic intervention.

1.INTRODUÇÃO

A habilidade de ler e compreender textos é uma condição sem a qual uma pessoa encontrará sérias dificuldades para enfrentar os desafios na sociedade tal como está organizada neste início de século XXI.

As diversas formas de interação social exigem que um indivíduo possua a capacidade de ler para conseguir se inserir na maioria das situações sociais, seja no mercado de trabalho, como cliente de uma loja ou de uma agência bancária, na condição de eleitor ou de

viajante, pois deve interpretar corretamente os dados impressos em documentos, monitores de computador, contratos e em passagens, entre muitas outras possibilidades.

A habilidade de realizar leituras também é um fator de crescimento pessoal, pois implica na capacidade de aprender de forma autônoma. Para ter acesso a níveis mais elevados de ensino, é necessário que uma pessoa tenha desenvolvido uma grande autonomia como leitor e incrementado o seu repertório lingüístico/vocabular.

Portanto, saber ler e interpretar dá essa condição a um indivíduo.

Levando-se em conta o trabalho realizado nas escolas, é necessário questionar os motivos que impedem as pessoas com idade inferior a 15 anos a terem passado por uma instituição de ensino, mas não terem se alfabetizado plenamente.

Se o Brasil é um país cujo status é de nação em desenvolvimento, apesar dos problemas que ainda tem por superar, é necessário que haja um investimento no sistema educacional não apenas financeiro, mas, sobretudo de conhecimento a respeito de como não apenas ensinar os alunos a decodificarem um texto, mas como mostrar a esses alunos a importância que a habilidade de ler e compreender textos trará para a sua vida em particular, e para a nação como um todo.

Justifica-se, assim, a elaboração deste trabalho, ou seja, pela existência de uma grande lacuna de aprendizagem e da impossibilidade de continuar a aprender pela falta de habilidade de ler e compreender textos da população brasileira. E o problema a investigar é: "As Dificuldades de Aprendizagem na área de Leitura e Escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, interferem no desenvolvimento social e principalmente cognitivo?"

Como objetivo geral, pretende-se conhecer as dificuldades e as possibilidades de atender com qualidade os alunos que não venceram as habilidades propostas no Plano de Ensino. Como objetivos específicos, conhecer a realidade dos alunos participantes do projeto, identificar suas dificuldades de aprendizagem e também estratégias que possam ser utilizadas como um recurso facilitador no ensino da leitura e da escrita, que possam despertar a motivação dos alunos e torná-los leitores reflexivos e críticos.

A obtenção de dados para a composição do artigo se deu através de pesquisa exclusivamente bibliográfica, cujas fontes variaram desde livros de autores especializados no assunto, a revistas cujos artigos também foram escritos por estudiosos da presente temática.

2. O DESENVOLVIMENTO DA HABILIDADE DA LEITURA E ESCRITA

2.1. Questões práticas sobre as dificuldades da leitura e da escrita

São distintas as causas que geram no educando a dificuldade de ler e escrever durante seu processo de alfabetização. As causas podem assim ser citadas: déficit perceptual, déficit lingüístico, dislexia, disgrafia, disortografia, dislalia dentre outras. Muitos estudos indicam que os processos utilizados pelas crianças quando lêem e escrevem não são os mesmos, pois há uma complexidade que podem determinar essas dificuldades uma vez que cada pessoa tem suas particularidades e anseios que determinam sua forma de aprender.

A compreensão da leitura abrange aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, culturais, econômicos e políticos. É a correlação entre os sons e os sinais gráficos através da discriminação do código e a compreensão da idéia. A leitura é um processo advindo em longo prazo e em determinados momentos da vida cotidiano que determinam a aprendizagem e a não aprendizagem.

Em conformidade com o que foi explanado acima, Nunes (2001, p.75) enfatiza:

A relação entre leitura e escrita não é uma simples questão de passar de som para letra na escrita e inverter esse processo, passando de letra para som na leitura. Dois tipos de estudo indicam a existência de diferenças entre leitura escrita: os estudos que analisam as discrepâncias entre leitura e escrita nas mesmas crianças e os que analisam as interferências com a execução dessas habilidades.

Portanto, a leitura e a escrita é um processo que requer diversas análises que possam melhorar a aquisição desses, havendo intervenção por parte do docente quando necessário.

A estrutura curricular é um fator importantíssimo para os sistemas de ensino pois predomina o que será ensinado de acordo com a faixa etária e a habilidade do aluno. Vale ressaltar que a colaboração de outros profissionais pode proporcionar a melhoria da qualidade dos discentes dentre eles: psicólogo, psicopedagogo,

pedagogo, formadores especialistas. Nesse âmbito, é óbvio que se deve levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos seja, cognitivo, familiar, social, econômico. Porém, não se deve esquecer que a competência é construída e reconstruída durante o ensino-aprendizagem.

Ensinar a ler e escrever exige do aluno requisitos para estabelecer situações didáticas diferenciadas, capazes de se adaptar à diversidade na sala de aula. Dessa forma, ensinar a ler e escrever depende de compartilhar, seja, nos objetivos, nas tarefas, nos conteúdos. Assim a responsabilidade é distinta tanto para o professor quanto ao aluno. Com isso é necessário que o professor analise sua prática constantemente a partir de determinados parâmetros articuladores.

Diante disso, Kato (1999, p.25) afirma que;

Essa associação que a criança faz entre a escrita e a fala parece levar a criança a não distinguir a leitura da fala, em termos de comportamento, pois somente crianças mais maduras identificam a leitura silenciosa como uma ato de ler. Poderíamos dizer que esta é a capacidade para reconhecer a autonomia da escrita.

Sendo assim, há uma intersecção entre a leitura e a escrita, onde um é determinante do outro na aquisição desses conhecimentos.

Ao analisar as interações entre professores e alunos acerca dos conteúdos, pode-se verificar que tudo acontece de forma distribuída de maneira determinada, como se cada um dos participantes nessa relação, assumisse um papel, de ensinante e aprendente. Na Unidade Escolar fica evidenciado de forma explícita o aspecto do ensino, porém nem sempre ocorre conforme o que foi almejado, dentre os motivos, a desqualificação do professor ou o descompromisso do mesmo e fatores interno ou externo por parte do discente.

2.2. O papel da escola na dificuldade da leitura e escrita no ciclo básico de alfabetização

É notório que nas primeiras séries do Ensino Fundamental, existe uma complexidade de dificuldades que aparecem nesse período. A Instituição escolar deve estar atenta às dificuldades de aprendizagem, pois quanto

mais cedo se perceber essas, haverá vantagens para ser solucionada com mais rapidez. Assim a escola deve promover atividades diferenciadas e significativas de leitura e escrita que tenham sentido para os alunos. O desenvolvimento de situações educativas provoca mudanças compulsivas conforme a tendência adotada.

A Instituição Escolar, seja, particular, pública, central ou periférica, sempre surgem alunos a cada ano, que apresentam uma aprendizagem lenta diante dos outros da mesma faixa etária e série. A aprendizagem depende de fatores internos e externos, ou seja, os internos referem-se ao funcionamento do organismo, a psicomotricidade, a estrutura cognitiva, enfim ao seu corpo; já os externos estão associados ao contexto no qual está inserido. Frente a isso a Unidade Escolar, deve estar sempre observando e analisando o que realmente prejudica o ensino-aprendizagem desse alunado no processo educacional. Neste contexto, deve haver um ambiente lúdico e profissionais qualificados, para proporcionar assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar, para melhoria das condições do processo educacional, bem como, a informação à família do discente sobre o processo que o mesmo está tendo na Unidade escolar.

Nesse âmbito, Weiss (2001, p.71), diz que:

Todo profissional que trabalha com crianças sente que é indispensável haver um espaço e tempo para a criança brincar e assim melhor comunicar, se revelar: o médico que cria jogos com objetos do consultório, vendedor que provoca uma brincadeira com o comprador-mirim, o professor que possibilita situação lúdica em sala de aula, etc, são exemplos claros desta situação. No trabalho psicopedagógico, chega-se às mesmas conclusões, quer seja no diagnóstico, quer no tratamento. Empregamos a palavra lúdica ao longo do texto no sentido do processo de 'jogar, brincar', 'representar' e dramatizar como condutas semelhantes na vida infantil.

Portanto, a Instituição Escolar deve vivenciar a ludicidade, pois é uma grande ferramenta pedagógica para detectar, analisar e acompanhar o aluno. Esse processo lúdico deve contagiar todos os profissionais que estão inseridos na escola, desde o guarda até ao gestor.

A intervenção do psicopedagogo deve ser de forma coletiva e em um processo de parceria com o

professor regente do aluno em questão. Essa intervenção para ser mais complexa, deve contemplar palestras ou reuniões com os pais, bem como, se utilizarem dos conselhos de classe para que os professores tenham participação ativa no diálogo com os seus e com a equipe da escola para juntos traçarem metas que venham favorecer a aprendizagem do aluno.

Neste sentido, Scoz (1991, p.251), diz que:

Caracterizamos a seletividade escolar, hoje, a partir de três grupos de alunos considerados os mais atingidos: os que não chegam a entrar na escola, os que entram e são excluídos e os que são discriminados dentro do sistema escolar através das reprovações de série.

Quanto ao fracasso escolar não ocorre só através da dificuldade na ou de aprendizagem, mas como foi explicitado acima, depende de outros fatores. Na escola deve haver psicopedagogo e sala de recurso para justamente detectar o que está ocasionando a aprendizagem lenta do aluno, assim realizar uma análise do quadro desse discente. Conforme a resposta, esse aluno terá um acompanhamento do psicopedagogo no contra turno na sala de recurso, na qual tem uma estrutura pedagógica adequada para proporcionar um ensino que venha dar condições melhor na vida educacional, social e no contexto familiar na qual está inserida.

Contudo, perante o desempenho pedagógico abaixo das expectativas, para a série/ano/ciclo cursado na Instituição Escolar, o gestor juntamente com toda equipe escolar, deve procurar diretrizes para proporcionar um atendimento de qualidade onde todos recebam uma educação de qualidade e se necessário, um apoio especializado para que esse seja desenvolvido em seu âmbito pedagógico bem como familiar e social.

2.3 - O impacto da ação dos pais na aprendizagem dos filhos

Na sociedade atual onde participar plenamente do mundo letrado faz parte da vida cotidiana das pessoas, parece imprescindível que estejamos cada vez mais fazendo uso da leitura e da escrita como algo que nos leva de fato a exercer plenamente nossa cidadania e conquistar o mercado de trabalho. Sabemos também que

a pressão social contribui para que algumas crianças apresentem dificuldades na área da leitura e da escrita, os pais estão exigindo que as crianças aprendam a ler cada vez mais cedo sem de fato conhecer quais os impactos que isso pode causar na criança caso ela não esteja amadurecida biologicamente e preparada intelectualmente para adquirir tais conhecimentos. Em alguns casos não é meramente a vontade dos pais de inserir a criança cedo na escola mais a necessidade, uma vez que o sustento da família advém do trabalho tanto do pai quanto da mãe. Isso faz com que os dois se ausentem do lar e como alguns não podem pagar uma babá ou não tem nenhum membro da família para tomar conta da criança acabam matriculando-a na creche ou na escola.

Saber ler e escrever é um passe para poder aprender a pensar, a escola não deve apenas ensinar a ler e a escrever, ou seja, ao ensinar a ler e a escrever ensinar também a pensar sobre o que se lê e o que se escreve.

Segundo SENAC (2002) a baixa escolaridade constitui fator restritivo ao ingresso no mercado de trabalho e que o próprio mercado revela às pessoas que as chances de se conseguir trabalho variam de acordo com a escolaridade. Com base nesse pressuposto, o acompanhamento familiar é essencialmente necessário para preparar o filho para o enfrentamento de situações de aprendizagem escolar e que o mesmo venha, a saber, buscar estratégias de construção de si mesmo e do conhecimento.

Não restam dúvidas também que a infrequência é um atraso para a vida escolar, no entanto ela deve ser vista como consequência que acaba muitas vezes por distanciar e até mesmo excluir as crianças da escola.

Segundo Tiba (2002, pg. 186)

A repetência escolar começa já nas primeiras provas do ano, quando o aluno vai mal em algumas matérias. O importante é recuperar-se quanto antes, sem deixar para a última hora. Se os pais acompanharem o rendimento escolar do filho desde o começo do ano, poderão identificar precocemente essas tendências e, com o apoio dos professores reativar seu interesse por determinada disciplina em que vai mal.

Percebe-se claramente com essas afirmações que o papel dos pais no acompanhamento escolar de seu filho de extrema relevância para o aprendizado e para o crescimento pessoal desses educandos. Os pais, é claro,

estão preocupados com a educação de seus filhos. A escola, por sua vez também se interessa por educar bem seus alunos. No entanto, o relacionamento da escola e da família nem sempre é fácil. A escola precisa ter a sensibilidade para perceber que as famílias são muito diferentes entre si, ainda que vivam aparentemente no mesmo tipo de ambiente. Há valores, costumes, hábitos que vão sendo transmitidos de pais para filhos, dentro de cada família. E cada uma adota um jeito particular de tratar as crianças, de educar os filhos. É preciso conversar com as famílias, criar situações que favoreçam a troca de idéias, permitir que façam perguntas, procurar esclarecer sempre as dúvidas. O relacionamento de uma criança com pessoas que ela considera importantes, gente de quem ela gosta, é decisivo para o desenvolvimento de um auto conceito positivo ou negativo. A opinião dos pais, avós, tios, irmãos, influi de maneira marcante sobre a formação da criança nos primeiros anos de vida.

2.2 – Distúrbios de aprendizagem

Embora o cérebro esteja à disposição de todos, muitas pessoas não têm à sua disposição os recursos que ele normalmente disponibiliza em forma de gerenciamento de funções mentais, sensoriais ou motoras. E isso acontece devido a disfunções cerebrais, que por sua vez acarretam distúrbios de aprendizagem, limitando o indivíduo no que tange a aprender diversas noções consideradas bastante elementares.

Os distúrbios de aprendizagem referem-se a disfunções neurológicas. Centros nervosos ou pequenos grupos de neurônios não acompanham o ritmo normal das outras áreas, e o comportamento que controlava se torna incompleto ou ausente. Exatamente como ocorre numa orquestra em que um instrumento desafina e destoa dos outros.

Os distúrbios de aprendizagem podem ser englobados em três grandes grupos, envolvendo basicamente percepção e motricidade: deficiências perceptivas, deficiências perceptivomotoras e deficiências psicomotoras.

A idéia de que cada criança deve ter a oportunidade de aprender tanto quanto permite a sua capacidade está firmemente enraizada em nossa filosofia da educação. As crianças com distúrbios de

aprendizagem, consideradas como um grupo, não estão tendo essa oportunidade. Geralmente, tem sido oferecido um currículo estabelecido pelo sistema escolar, mas as crianças têm sido incapazes de acompanhá-lo. Conseqüentemente, elas têm fracassado e têm sido classificadas como retardadas mentais, emocionalmente perturbadas, ou simplesmente como alunos fracos. Algumas têm sido privadas de todos os serviços educacionais, pois seus problemas impedem que haja um lugar para elas na escola.

Até recentemente a sociedade colocava as crianças com distúrbios de aprendizagem em programas já existentes, ao invés de considerá-las como um grupo homogêneo com necessidades especiais. Felizmente, agora existem critérios para diagnosticar e classificar permitindo que este grupo possa ser definido e a ele seja oferecida Educação Especial. Devido ao aprimoramento de procedimentos de diagnóstico em Medicina, Psicologia, Linguagem, Patologia e Educação, é possível isolar as novas condições. Finalmente, como produto de nossa sociedade em mudança, temos nos tornado cientes da existência de crianças com deficiência de aprendizagem. A ênfase no aproveitamento acadêmico e na educação superior tem criado exigências para as crianças que estão além da capacidade de algumas para aprender dentro de programas educacionais típicos.

O reconhecimento de crianças com distúrbios de aprendizagem tem implicações de longo alcance. O estabelecimento de uma definição legal em termos educacionais faz com que seja necessário que os administradores escolares, ofereçam programas de educação especial, que as comunidades considerem os recursos financeiros exigidos, que as universidades desenvolvam programas de treinamento, e que os órgãos estaduais de ensino público introduzam padrões de formação de professores. Essa maior tomada de consciência também requer que vários profissionais combinem esforços para continuar expandindo os serviços de diagnóstico e de terapia.

Em primeiro lugar, é importante observar que os programas adequados exercem um efeito significativo sobre a própria criança. De um modo geral, uma criança com distúrbios de aprendizagem é rotulada como lenta ou preguiçosa, quando na realidade não é nenhuma das duas coisas. Esses rótulos exercem um efeito adverso sobre a aprendizagem futura, a autopercepção e os sentimentos

de valor pessoal. Por outro lado, quando o problema é reconhecido, e a criança e a família entendem que é possível uma terapia, mudam tanto as atitudes da criança quanto às atitudes daqueles que a rodeiam. Às vezes, parece que a melhora começa com o diagnóstico; os pais relatam que a criança está melhor mesmo antes de se iniciar o programa educacional. O simples fato de se reconhecer que ela tem capacidade, que há razões para o seu fracasso e que algo pode ser feito já é de grande utilidade. Por estarem confusas pelas discrepâncias nas suas capacidades, muitas das crianças desejam ajuda. Em vista de sua capacidade média ou superior, elas sentem que podem competir com seus colegas; contudo, às vezes elas fracassam rotundamente.

Os serviços de orientação destinados somente a ajudar essas crianças a aprenderem a viver com os seus problemas também são inadequados. Embora certas crianças exijam auxílio para lidar com a frustração que acompanham o constante fracasso, elas necessitam, com urgência, de um programa educacional positivo que objetive superar o distúrbio de aprendizagem. De modo semelhante, é um erro supor que só os programas típicos de instrução individual solucionem o problema. Embora um professor com capacidade de intuição possa ser capaz de compreender e ajudar a criança, o programa terapêutico precisa ser mais abrangente. A fim de aprender até sua capacidade máxima, uma criança com um distúrbio de aprendizagem precisa submeter-se a um programa de Educação Especial abrangente. A sociedade precisa dos recursos únicos de sua mente, e para que sejam atingidos os benefícios máximos é preciso que os esforços sejam aplicados tão cedo quanto possível.

2.3 – Dislexia

Conjunto de sintomas reveladores de uma disfunção parietal ou parietal occipital, geralmente hereditária, ou às vezes adquirida, que afeta a aprendizagem da leitura num contínuo que se estende do sintoma leve ao severo. A dislexia é frequentemente de transtornos na aprendizagem da escrita, ortografia, gramática e redação.

A criança que apresenta um quadro disléxico confunde letras semelhantes na forma (p/q) ou no som (j/g); inverte letras (pla/pal) ou sílabas

(telefone/tefelone); omite letras (quando/qando) ou acrescenta-as (retalho/retarlho); confunde palavras de forma semelhante e sentido diverso (soltou/saltou ou gato); ao copiar, omite ou repete palavras ou frases; lê de modo monótono, pouco inteligível, silabando, não entende o que lê.

O termo dislexia é aplicável a uma situação na qual a criança é incapaz de ler com a mesma facilidade com a qual lêem seus iguais, apesar de possuir uma inteligência normal, saúde e órgãos sensoriais intactos, liberdade emocional, motivação e incentivos normais, bem como instrução adequada.

A fim de diferenciar qualitativamente a dislexia específica das demais causas de dificuldades na leitura é conveniente remeter-se às seguintes premissas levantadas por Critchley:

- A dificuldade para ler persiste até a idade adulta.
- Os erros na leitura e na escrita são de natureza peculiar e específica.
- Existe uma incidência familiar de tipo hereditário da síndrome.
- A dificuldade se associa, também, à interpretação de outros símbolos.

As características descritas na leitura dos disléxicos raramente se apresentam isoladamente. Frequentemente se acompanham de outras perturbações que alteram a aprendizagem. As mais comuns são:

- Alterações na memória: alguns disléxicos apresentam dificuldades para lembrança imediata. Outros apresentam muita dificuldade para lembrar fatos passados. Alguns não conseguem lembrar palavras ou sons que escutam. Outros apresentam dificuldades para memorizar visualmente os objetos, palavras ou letras.

- Alterações na memória de séries e seqüências: frequentemente o disléxico apresenta dificuldade para aprender séries, tais como os dias da semana, meses do ano e o alfabeto. Custa-lhe aprender a olhar a hora e tem dificuldades para relacionar um acontecimento com outro no tempo. Em geral, não pode aprender o significado de seqüência e tempo.

- Orientação direita-esquerda: frequentemente são os disléxicos incapazes de orientar-se com propriedade no espaço e aprender a noção de direita e esquerda. Geralmente a criança não consegue situar a direita e a esquerda em seu próprio corpo ou quando olha

outra pessoa. Da mesma forma tem freqüentes dificuldades para situar-se com relação aos mapas, globos terrestres e em seu próprio ambiente.

- Linguagem e escrita: quando a criança não consegue ler com facilidade, tampouco consegue utilizar com propriedade os símbolos gráficos da expressão escrita. Em geral o disléxico, caso não for severamente disgráfico, consegue copiar, porém quando escreve um ditado e na escrita espontânea revela sérias complicações. Na maioria dos casos apresenta disortografia.

- Dificuldades em matemática: o disléxico pode ser capaz de automatizar aspectos operatórios, porém apresenta dificuldades para aplicá-los na solução de problemas reais. Às vezes essa dificuldade provém do fato de ele não poder entender a formulação do problema, já que lhe é difícil de ler. Nos disléxicos graves, falham também os aspectos operatórios, pois eles invertem os números ou então sua seqüência.

2.4. Metodologia

O desenvolvimento desse trabalho ocorreu através de pesquisas bibliográficas referentes os fatores que leva um discente a ter dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita. Na Internet o site pesquisado foi [http://www.psicopedagogia on-line. com.br](http://www.psicopedagogia.on-line.com.br) acesso realizado em 09 de maio de 2009. Observou-se a colocação de cada autor em cada bibliografia pesquisada bem como as semelhanças e contraste sobre o tema pesquisado. A partir dos resultados obtidos através da pesquisa realizada, percebe-se que a dificuldade de leitura e escrita é uma realidade em todas as Instituições Escolares, onde faz-se necessário adequar um planejamento que venha de acordo com as devidas necessidades do aluno. Em conformidade com a pesquisa, a família tem um papel de suma importância para um bom desenvolvimento, seja cognitivo, social e cultura. Outro setor essencial para o processo de desenvolvimento das potencialidades é a sala de recurso que em parceria com o professor comum, poderão realizar de forma coletiva a análise dos alunos que apresentam dificuldade de ou na aprendizagem.

Contudo, nas novas perspectivas educacionais, o ensino deve ser centrado nas devidas dificuldades do educando, pois é fator essencial para que a aprendizagem

realmente se efetive bem como a qualificação de todo quadro de profissionais que estão direto ou indireto ligado ao contexto educacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, as dificuldades que os alunos apresentam na escrita e na leitura se devem a falhas no processo de ensino, nas estratégias inadequadas escolhidas pelos docentes ou por desconhecimento do problema ou por despreparo.

Escrever não se resume à ortografia, mas, também, à legibilidade. Esses cuidados prolongam-se por todo o período de escolarização ou pelo professor de classe ou pelos professores de Língua Portuguesa.

A legibilidade é uma qualidade complexa que constitui na soma desses vários aspectos, dentre outros considerados importantes.

Preparar um aluno para escrever com correção e legibilidade é trabalhar com ele, desde o início, atentando para a grafia correta das palavras, a forma das letras, a uniformidade no traçado, o espaçamento, o ligamento e a inclinação da escrita em relação ao espaço onde se está escrevendo.

A escola tem procurado, desde a sua criação, nos tempos mais remotos, ser um organismo no qual as pessoas de uma determinada sociedade tivessem a oportunidade de receber conhecimentos acumulados tidos como verdadeiros e úteis. A formação de pessoas com conhecimentos aproveitáveis para o desempenho das mais diversas atividades humanas deveria ser papel essencial da escolas, o que possibilitaria a um indivíduo o seu auto-desenvolvimento e aproveitamento do mesmo dentro da coletividade.

Pouco a pouco esta idéia inicial tem o seu foco ampliado da mera geração de conhecimento para o desenvolvimento do potencial criativo. Sendo assim, a escola não é mais apenas o lugar aonde se vai para aprender os conhecimentos historicamente acumulados e aceitos como corretos, mas agora é também um lugar no qual deve-se encontrar terreno fértil para estímulo da criatividade, da descoberta, da inventividade, da criação. Neste caso, ao invés de se valorizar meros conteúdos, valoriza-se mais ainda o ser humano, o pensamento e o desenvolvimento de pessoas que pensam e constroem

respostas e soluções para as mais diversas demandas no mundo.

Para cumprir este papel, a escola deve estar sintonizada com o seu tempo, ou seja, perceber que se o principal é o ser humano, o que caracteriza o ser humano como único é o seu cérebro privilegiado. Entender sobre o cérebro humano, pois, torna-se mister a todo educador que queira estar em sintonia com a escola e conseqüentemente com os tempos que ora vivemos.

Deve também o educador compreender a existência da diversidade humana. Se o que distingue o ser humano é o cérebro, o que caracteriza a diversidade são as diferenças individuais. Logo, a escola deve se preocupar com tais diferenças, e se ocupar em entendê-las para poder atender a todos.

Muitos educadores ainda assentam sua prática na crença de que o conhecimento se dá como uma relação simples, linear, lógica, ou seja, se um objeto de estudo é apresentado a um aluno, este deveria, a partir de então, mostrar conhecimento sobre tal objeto. Isto implica que o aluno deveria ter respostas para questionamentos que venham a ser feitos sobre um assunto já estudado. Como seria fácil ser educador se esta lógica fosse infalível.

O que se encontra, no entanto, na citada diversidade humana, são pessoas com diferentes potencialidades para a aprendizagem, algumas com ritmo mais acelerado, outras mais lentas; e as causas são diversas. Dentre as causas que mais provocam as dificuldades de aprendizagem e o sentimento de impotência do professor estão os distúrbios de aprendizagem causados por disfunções cerebrais.

Ter conhecimento sobre tais disfunções e os distúrbios provocados por estas é um grande passo no sentido de se evitar a colocação de rótulos nos alunos; é também o início da busca de soluções para o problema de tais alunos: dificuldade para aprender.

A formação do professor da escola para a diversidade deve preocupar-se com o direito de todos a uma educação de qualidade, por ser esse um direito de todos. Dar respostas educativas a pessoas com dificuldades de aprendizagem é, portanto, um dos principais desafios da escola na atualidade.

4. REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996... – Brasília: senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

Gomes, **Maria de Fátima Cardoso**. **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO**. 2ª edição. Belo-Horizonte-MG: Autêntica, 2006.

GUIDOLIN, Reinaldo. **DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM**. 2004. Mimeo.

KATO, Mary Aizawa. **O aprendizado da leitura**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Microsoft Encarta Encyclopedia. 1996.

OLIVEIRA, Rui de. **Neurolingüística e o aprendizado da linguagem**. 2ª edição. Catanduva-SP: Respel, 2002.

PAIVA, Iara. **Introdução à Psicologia. O cérebro, o comportamento e a cognição**. 2004. Mimeo.

Revista Veja. **Melhores que os pais**. Eliana Simonetti e Cíntia Valentini. 16 de dezembro de 1998.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia: O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BLOMQUIST, Marlys & CONDEMARIN, Mabel. **Dislexia – manual de leitura corretiva**. 3ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

TIBA, Içami, **QUEM AMA EDUCA**. 165ª edição. São Paulo: Gente, 2002.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

